

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7494, DE 2006

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

### EMENDA MODIFICATIVA Nº

O art. 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 24. Constatada, a qualquer tempo, a inobservância de exigência estabelecida neste Capítulo, o Ministro de Estado competente promoverá a suspensão da certificação concedida, comunicando o respectivo ato à entidade, que terá sessenta dias para apresentar sua defesa. Após decorrido o prazo, se a defesa não for apresentada ou for insuficiente para sanar a ocorrência, o cancelamento será publicado e passará a ter efeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa também após a publicação do ato."*  
(NR)

### JUSTIFICATIVA

Da forma como foi originalmente redigido o artigo, o Ministro de Estado passa a ter o direito de cancelar certificações e de penalizar entidades a partir de entendimento pessoal de que ocorreu inobservância das exigências legais. É preciso ter em mente que o cancelamento de uma certificação gera a imediata exigência de recolhimento de contribuições sociais pela entidade penalizada, situação que, na maioria dos casos, afeta a sustentabilidade financeira das entidades.



4BBE33D432

Sala das Comissões, em        de        de 2008

**DR. TALMIR**  
**Deputado Federal**  
PV/SP



4BBE33D432